



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o empreendimento “Usina Termelétrica Bariri”, de responsabilidade AES Termo Bariri, realizada no dia 14 de março de 2002 na cidade de Bariri.

Realizou-se no dia 14 de março de 2002, às 19:00 horas, no Clube Umuarama de Bariri, localizado na Rua Floriano Peixoto, 1080, na cidade de Bariri, SP., a Audiência Pública sobre o empreendimento “Usina Termelétrica Bariri”, de responsabilidade de AES Termo Bariri. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, depois de declarar que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, José Goldemberg - que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo -, saudava e dava as boas-vindas às autoridades presentes e a todos que haviam comparecido, informou que passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazerem parte o representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente, André Queiroz Guimarães, e o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Sérgio Pascoal Pereira. Depois de expor as normas estabelecidas pela Del. Consema 34/2001 para condução de audiências públicas, o Secretário Executivo, Germano Seara Filho, passou a palavra ao representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Sérgio Pascoal Pereira, que teceu os seguintes comentários: que o processo de licenciamento ambiental era um ato formal, complexo, em que se procurava ouvir todos os segmentos da sociedade que seriam diretamente afetados pelo empreendimento e aqueles que, possuindo conhecimento técnico específico, poderiam oferecer esclarecimentos; que o processo de licenciamento dessa termelétrica havia-se iniciado em meados de 2001, com a entrega, pelo empreendedor, do Relatório Ambiental Preliminar, e que, poucos meses depois, a Secretaria do Meio Ambiente exigiu que fosse apresentado Estudo de Impacto Ambiental, que foi entregue no mês de novembro; e que todas as sugestões e críticas apresentadas durante a audiência seriam consideradas pela Secretaria do Meio Ambiente no momento em que for elaborar o parecer técnico sobre o EIA/RIMA. O representante do empreendedor, Marco Antônio Carvalho, depois de oferecer um breve histórico sobre a criação, expansão e atividades da AES Termo Bariri em outros Países e no Brasil, declarou que o principal fator do projeto dessa termelétrica era o estágio atual do sistema elétrico brasileiro e a necessidade de se suprir a demanda sempre crescente do Estado de São Paulo; que se previa a geração de 750 mw por essa termelétrica, que funcionará em ciclo combinado; que as reservas de gás natural do Gasoduto Brasil-Bolívia eram suficientes para trinta anos de consumo; que a área prevista para instalação do empreendimento media 50 hectares e o consumo de gás seria da ordem de 3 milhões de metros cúbicos por dia; que a conexão do sistema elétrico se daria através de uma linha de transmissão que seria instalada entre Bauru e Araraquara; que o investimento previsto seria de 400 milhões de dólares durante a fase de construção, na qual seriam empregadas 350 pessoas e 50 durante a fase operação; que o cronograma do projeto teria três fases básicas, quais sejam, construção civil, montagem elétrica e mecânica. Depois de o representante da equipe técnica que elaborou o EIA/RIMA, Alex Strey, da MRS Estudos Ambientais Ltda., tecer considerações sobre todos os aspectos abordados pelos estudos, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça, vinculado ao Instituto Ambiental Vidágua, teceu as seguintes considerações: que toda vez que a questão das termelétricas era discutida publicamente ficava claro que o Governo Federal não defendia um modelo energético nacional sustentável; que, de acordo com dados publicados por um estudo elaborado pela Universidade Federal do Rio, se as cinquenta e oito termelétricas que o Governo brasileiro propunha fossem implantadas e entrassem em funcionamento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

simultaneamente, o gás boliviano se esgotaria em apenas quinze anos; que o Brasil não poderia ignorar seu potencial de gerar 29.000 mw de energia eólica, 3.000 mw a partir do bagaço da cana plantada e 7.000 mw com a repotencialização das usinas hidrelétricas já existentes; que o empreendimento geraria 750 mw com a queima de 3 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural e a emissão de uma série de poluentes que prejudicariam a qualidade do ar, já comprometida com a ocorrência de queimadas na região; que era falho o levantamento feito pelo EIA/RIMA tanto sobre a vegetação, uma vez que identificou apenas 34 espécies embora na realidade existissem mais de 260, como sobre a fauna local que, por sua vez, identificou apenas 22 espécies, embora na realidade existissem 160 espécies, e igualmente acerca da emissão de gás carbônico, que poderia agravar o efeito estufa, e dos elementos precursores do ozônio, devendo todos esses aspectos serem aprofundados; que outro aspecto que igualmente deveria ser aprofundado dizia respeito à devolução de água pela usina para o Rio Tietê, o que tornava necessária a construção de uma lagoa de estabilização; que, como medida de compensação ambiental, propunha a criação de uma reserva legal a ser utilizada para a criação de unidades de conservação da região; que, com relação à poluição sonora, diferentemente do que previam os estudos, temia que os ruídos fossem perceptíveis pelos produtores rurais; que alertava para o fato de o EIA/RIMA não citar em momento algum que o empreendimento se localizava próximo da Usina Termelétrica de Pederneiras, o que mereceria uma inserção nos modelos matemáticos adotados; que a maioria dos empregos criados necessitaria de mão-de-obra especializada, o que não havia na região, motivo por que se deveria lutar para a adoção de um programa contínuo de capacitação da população local. Manifestou-se o representante do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema, André Queiroz Guimarães, que teceu as seguintes considerações: que os órgãos responsáveis pela aprovação da viabilidade ambiental do empreendimento eram o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental e que a audiência pública, por sua vez, ofereceria subsídios para que o DAIA e o Consema pudessem posicionar-se com segurança em relação a esse empreendimento; que a discussão dessa termelétrica se inseria num contexto muito maior, que era o da produção de energia no Brasil, questão essa em relação à qual a sociedade brasileira vivia um clima de insegurança; que, em 1994, o Consema criou um Grupo Técnico com o objetivo de que funcionasse como um fórum para a avaliação da estratégia ambiental do Estado de São Paulo, o qual até hoje não apresentou nenhum resultado concreto; que, em 2001, o Professor Mohamed Habib, representante da Universidade Estadual de Campinas no Consema, fez uma proposta de que se discutissem o modelo energético do Estado de São Paulo e o zoneamento ambiental do Estado de São Paulo, para que este último oferecesse critérios que orientassem a implantação de determinados empreendimentos, e que nenhuma dessas tarefas havia sido realizada; que essa era a primeira audiência pública que os ambientalistas participavam depois de terem retornado o Consema, do qual haviam se afastado há alguns meses em virtude de divergências com o ex-Secretário do Meio Ambiente, Deputado Ricardo Tripoli; que as emissões de Nox deveriam ser mais bem equacionadas pelo empreendedor, principalmente por se tratar de um precursor do ozônio, que era considerado um poluente carcinogênico; que a existência de uma outra termelétrica no Município vizinho de Pederneiras obrigava a se somarem os impactos por ela provocados com esses que deveriam ser gerados por essa termelétrica cuja implantação nessa oportunidade se discutira, considerando-se assim os efeitos cumulativos, e não apenas o que seria gerado por cada empreendimento pontualmente; que esperava fosse cumprida a promessa feita pelo atual Secretário Estadual de Meio Ambiente, Professor José Goldemberg, de se instalarem estações de monitoramento da qualidade do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ar nas principais regiões do Estado, pois os levantamentos realizados pelos empreendedores eram apenas parciais e não refletiam uma sucessão histórica de dados tal que fosse capaz de caracterizar adequadamente a qualidade do ar da região. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de entidades civis. Manoel Fernando Salinas, representante da Associação Comercial e Industrial de Bariri, teceu os seguintes comentários: que o empreendedor pretendia implantar um projeto cujo investimento era estimado em 450 milhões e que geraria empregos para a população da cidade, além de incrementar o comércio local e aumentar a arrecadação de ICMS, motivos estes que o levavam a ter expectativa de que todos os setores do comércio e da indústria locais apoiariam sua instalação. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Marcel Sávio Marino fez as seguintes observações: que atuava em favor do meio ambiente desde 1978, quando existia apenas uma entidade ambientalista chamada União das Entidades Ambientalistas, e que, ao longo dos anos, o movimento ambientalista cresceu muito, embora sua democratização tenha ocorrido somente após criação da Apedema-Assembléia Permanente das Entidades Ambientalistas; que as audiências públicas eram fundamentais nesse processo de democratização, porque constituíam uma oportunidade única para que a população tivesse acesso ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com potencial impactante; que sugeria aos ambientalistas que se preocupassem também com as questões mais específicas e locais de suas cidades, entre as quais se incluíam o tratamento de esgoto, as queimadas e os desmatamentos, pois esses problemas, inquestionavelmente, contribuíam para a degradação ambiental dos Municípios, e sempre eram deixados em segundo plano. Aline Shiaratto manifestou-se favorável à instalação dessa usina termelétrica, declarando que assim se posicionava em virtude da escassez de energia decorrente da carência de água nos reservatórios e do fato de o gás natural ser um combustível menos poluente. Neide Carminato teceu os seguintes comentários: que havia inúmeras questões a serem esclarecidas com relação ao empreendimento que a impediam de se posicionar favorável ou contrariamente em relação a ele e que o livreto distribuído pelo empreendedor à população era muito complicado e pouco esclarecedor; que se preocupava com o fato de essa usina se localizar próxima de uma outra termelétrica que estava sendo construída no Município de Pederneiras, que se localizava a apenas 40 km de Bariri, o que faria com que o Município de Boracéia ficasse exatamente a meia distância de uma e de outra, o que levava a que se temessem os efeitos cumulativos, motivo pelo qual esperava que as medidas compensatórias abrangessem também o Município de Boracéia; que não se poderia esquecer que o empreendedor era uma empresa norte-americana, cujo objetivo era o lucro e que o gasoduto fora construído com dinheiro do Governo Federal, em última instância, com o dinheiro do povo; que os 750 empregos prometidos seriam destinados à população local, pois seu desempenho exigia qualificação; e, por último, que esperava que os órgãos públicos cumprissem seu papel de fiscalização da legislação ambiental vigente. Cinéia Carla Furcim posicionou-se favoravelmente em relação à implantação desse empreendimento, colocando-se à disposição, como estudante de biologia, para contribuir no monitoramento dos impactos ambientais que viessem ser causados. Maria Gorete Gonçalves Stevanatto declarou que aprovava esse empreendimento e justificou esse posicionamento com o argumento de que ele traria desenvolvimento e chances de emprego para toda a região. Alcides Furcim defendeu a instalação da termelétrica em função dos problemas de geração de energia que o País enfrentava e por considerar o gás natural pouco poluente, não agravando a qualidade do ar. Marilize Alcarde fez a leitura do documento que passa a ser transcrito: “Nós, alunos da Escola Professora Idalina Viena Ferro de Bariri, aqui representados pelo Grêmio Estudantil 21 de Setembro, solicitamos do senhor Antônio Carvalho, gerente do projeto, as seguintes



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

informações: se a geração de empregos seria de um montante de 250 durante 24 meses e 750 no 12^o mês, e se estes dados correspondiam ao total da oferta; qual seria o percentual real da perda de água; se os gases poluentes, além de causarem a chuva ácida, também comprometeriam a qualidade de vida e causariam problemas respiratórios, alérgicos e até mesmo cerebrais; qual a porcentagem do aumento dessas doenças em outros locais onde já se encontravam em funcionamento usinas termelétricas; se o investimento seria compensador considerando-se seu alto valor e o a reserva existente de gás natural. Considerando que somos jovens e aguardamos ansiosamente uma boa oportunidade de emprego, queremos crer que essa iniciativa possa beneficiar a atual e as futuras gerações. Por outro lado, como cidadãos baririenses comprometidos com o nosso Município, desejam os que ele se desenvolva, mas, primeiramente, que resguarde a nossa saúde e a de nossos futuros filhos. Somente o atendimento a essas questões poderá colaborar em nossa decisão quanto ao apoio ou reprovação a essa iniciativa.” Dinorá Azevedo Lima Muzegante fez os seguintes comentários: que, antes de se posicionar em relação à instalação desse empreendimento, queria obter esclarecimentos sobre uma série de questões, por exemplo, a respeito do aumento ou não da temperatura do ar na região, se as emissões concorreriam ou não para o agravamento de problemas de saúde, entre outros, câncer, crises alérgicas e ataques cardíacos, e se se poderia obterem estatísticas a esse respeito. José Xaides de Sampaio Alves teceu as seguintes considerações: que, como pesquisador da Unesp, do campus de Bauru, precisamente do Centro de Pesquisas sobre Cidades, pretendia que se discutisse um projeto de desenvolvimento para a região, com a finalidade de que fossem geradas riquezas, empregos e renda, o que colaboraria para a superação da dependência externa do País e para o equilíbrio da balança comercial e, igualmente, para o avanço tecnológico e para o respeito com o meio ambiente; que, infelizmente, a realidade era outra, pois a população era refém do atual Governo do PSDB e o projeto discutido não passava de uma farsa para os interesses nacionais; que os governantes locais ficavam entre a cruz e a espada, não sabendo se deveriam apoiar projetos que trouxessem alguns empregos para as regiões e o preço que pagariam por se posicionarem favorável ou contrariamente; que, se se tivesse discutido democraticamente a sustentabilidade da região, essa alternativa de termelétrica seria cabalmente rejeitada, e que, como isso não havia sido feito, se teria de engoli-la. João Sérgio Ventura perguntou qual o número de termelétricas existentes atualmente nos Estados Unidos e há 20 anos; se as emissões provenientes do funcionamento dessa termelétrica seriam ou não prejudiciais à saúde; se os produtores de hortifrutigrangeiros teriam que pagar a AES pela água que retirariam do Rio Tietê; por que motivo não se escolheu o Município de Ibitinga para instalação dessa termelétrica, uma vez que ele era mais próximo do gasoduto; qual seria a porcentagem destinada para implantação de projetos ambientais, e, por último, por que não se instalavam termelétricas nos Estados de Goiás e Mato Grosso e sempre em São Paulo. Luigi Curiello ofereceu uma série de esclarecimentos sobre o modo como seria transportado o gás e que a utilização deste produto sempre fora feita de modo a fomentar atividades econômicas. Lázaro Duarte declarou que era favorável à instalação desse empreendimento, pois ele traria progresso e desenvolvimento para a região, na medida em que geraria empregos e divisas para o Município e que, por esses motivos, apelava para os ambientalistas para que não retardassem ainda mais o processo de licenciamento ambiental desse empreendimento. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de órgãos públicos. Adinir Gimenes, Coordenador de Saúde do Município de Boracéia, fez as seguintes observações: que, na época da queimadas, haviam-se agravado os problemas pulmonares da população local; que concordava que o progresso e o desenvolvimento eram necessários, mas que era indispensável que se fizesse uso de critérios técnicos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

para se apreciar empreendimentos que emitiam poluentes, porque a saúde era primordial. Rosa Ramos, representante da Comissão de Meio Ambiente da OAB-Seccional de São Paulo, teceu as seguintes considerações: que a OAB vinha acompanhando com cuidado o licenciamento prévio de várias termelétricas no Estado de São Paulo, uma vez que elas contribuíam de forma significativa para o aumento das emissões de gases, como hidrocarbonetos, material particulado, monóxido de carbono, inversão térmica, chuva ácida e outros poluentes, o que tornava necessário se examinarem a natureza e as consequências dessas emissões para a saúde humana, e que o uso da água e a geração de impacto no rio era outra grande preocupação que deveria orientar a apreciação desse tipo de empreendimento; que os órgãos públicos tinham o dever legal de examinar o projeto, para verificar se as normas sobre emissão estavam ou não sendo respeitadas, levando-se em conta que se cometeria crime por falsidade ideológica se as informações fornecidas à Administração Pública a esse respeito forem falsas; que o risco ambiental que a gestão do empreendimento pressupunha possuía uma transcendência social indubitável, não podendo ser deixado ao livre arbítrio do empreendedor o cumprimento ou não das normas ambientais; que se a Ordem dos Advogados do Brasil tomar conhecimento de efetivas e iminentes violações ao meio ambiente, adotará todo o procedimento que se fizer necessário para a integridade do patrimônio e demais bens ambientais. Passou-se à etapa em que se manifestam os Parlamentares. João Boesso Neto, Vereador do Município de Boracéia, fez os seguintes comentários: que não se tratava de ser contrário ou favorável ao empreendimento, mas, sim, de se ter um perfeito juízo a seu respeito; que se preocupava com os reflexos do funcionamento desse empreendimento na lavoura, na pecuária, no turismo e na agroindústria, com as possíveis vantagens econômicas que ele poderia trazer para a região, em especial para o Município de Boracéia, razão por que precisava obter mais informações para formar uma convicção, embora estivesse muito empolgado com a possibilidade de essa termelétrica trazer progresso para a região. Luiz Gonzaga Frebaro, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bariri, fez os seguintes comentários: que a Câmara de Vereadores já se posicionara acerca da implantação desse empreendimento e que decidira que os empreendedores deveriam fornecer as seguintes contrapartidas: 1º - a construção de um emissário de escoamento de esgoto e o respectivo sistema de tratamento; 2º - a construção de um parque ecológico com recomposição da área verde e reflorestamento da fauna e flora como forma de revitalização do meio ambiente já degradado pelo homem; 3º - o plantio de árvores visando restaurar toda a mata ciliar do lendário Rio Tietê; 4º - concessão de auxílio necessário para mitigação do impacto social, com a implantação e a manutenção, no Município, de entidades com objetivos sociais e de saúde, ou seja, de entidades que tratam de questões ligadas aos idosos, aos excepcionais e aos viciados etc. 5º - apoio e auxílio a formação universitária de estudantes como forma de aumentar o grau de instrução da população; 6º - implantação no Município, com assessoramento técnico e financeiro, de centrais de monitoramento do meio ambiente; 7º - promoção e aproveitamento, se possível, da mão-de-obra local visando o menor impacto social na comunidade baririense. Marcos Vinício Bilancieri, Vereador do Município de Boracéia, fez os seguintes comentários: que não se posicionava em relação à implantação desse empreendimento, uma vez que não conhecia os seus impactos e que eram competentes para isso os órgãos estaduais, sabendo que estes o fariam pensando no desenvolvimento da região, não somente no crescimento; que Boracéia era tão pequena, razão pela qual não se tinham condições nem força política para brigar com o objetivo de que esse Município recebesse ICMS, pois ela era um grão no mapa, o que contribuía para que tivesse um tratamento diferenciado; que uma empresa dessa envergadura, que investia mais de 1 bilhão de reais nesse empreendimento, teria que tentar resolver



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

os problemas da região; que o Município de Bauru também deveria preocupar-se com os problemas do rio, porque ele também lhe dizia respeito; que pedia que os investimentos feitos para a compensação ambiental contemplassem os Municípios de Boracéia e Bariri, o que talvez permitisse que o primeiro construísse seu próprio hospital e o segundo concluísse as obras da Santa Casa. Edmundo de Barros Francischini, Verador do Município de Boracéia, declarou que, por certo, a aprovação da Usina Termelétrica de Bariri era competência dos órgãos ambientais e que, embora se precisasse de emprego, de ICMS, de energia, não se poderia esquecer da vida e do meio ambiente, que eram tão preciosos. José Augusto Calegari, Vereador do Município de Bariri, teceu os seguintes comentários: que, desde que tomara conhecimento da possibilidade de se implantar esse empreendimento no Município, buscou informações e analisou os prós e os contras, e que, com base nesses dados, acreditava que se deveria agir com sensatez, com o devido cuidado, pois, como se sabia, desde o início da civilização o homem, consciente ou inconscientemente, por necessidade de sobrevivência ou por ganância, ele destruía desumanamente o meio em que vivia, sem levar em conta as conseqüências que poderiam advir de seus atos com relação ao Planeta; que, segundo a orientação do Apóstolo Paulo de que “tudo se pode, mas nem tudo convém” e refletindo sobre ela em nossos dias, se poderia pensar que todo progresso tinha seu custo social e que, na cidade de Bariri tão carente de crescimento econômico, a implantação dessa usina criaria a possibilidade de os pais sustentarem os seus filhos dignamente, embora se soubesse que as hidrelétricas e as termelétricas também causavam danos ao meio ambiente; que, entretanto, talvez fosse possível conciliar esse progresso tão almejado com as alterações que poderão ser provocadas no clima da cidade, exigindo que a empresa responsável por esse empreendimento oferecesse a contrapartida com relação ao lançamento de poluentes; que estava falando em nome do PT, que, de acordo com a carta que entregara à Mesa, solicitava providências que pudessem evitar possíveis danos à saúde da população e uma contrapartida social que propiciasse ao Município o desenvolvimento turístico com que tanto sonhava, com a criação de um parque ecológico ou com a reconstrução das matas ciliares; que se poderia, também, criar uma universidade, para que os jovens não tivessem de se deslocar para outros Municípios com o objetivo de concluir seus estudos, ou se subvencionar um ônibus que levasse esses estudantes para as universidades. Passou-se à etapa em que se pronunciaram os representantes do Poder Executivo. Luiz Eduardo Buttner, Secretário de Saúde do Município de Bariri, teceu os seguintes comentários: que, partindo da premissa de que as energias disponíveis na natureza eram utilizadas pelo ser humano para aumentar ou substituir a sua própria energia com o intuito de aumentar sua produtividade e seu conforto, nesse processo de reaproveitamento das formas de energias disponíveis o ser humano negligenciou, inicialmente por desconhecimento das tecnologias apropriadas, os aspectos de segurança e de poluição ambiental, pois desde o início da revolução industrial as novas máquinas trouxeram problemas; que, de modo geral, toda nova tecnologia ao ser implantada acarretava problemas de segurança e de poluição, motivo por que, em contrapartida, a sociedade impunha limites e normas para sua utilização segura, aceitando um risco mínimo para que fosse economicamente viável; que a sociedade tinha o dever de exercer uma reação ao desenvolvimento de novas tecnologias, pois nenhum sistema físico, biológico ou humano se tornava estável sem uma reação negativa, embora um risco mínimo devesse ser encarado para o uso econômico de qualquer máquina, e o que se deveria ter presente era qual a magnitude que deveria ter esse risco mínimo, o que só a sociedade deveria responder com o passar do tempo, analisando suas necessidades; que, portanto, caberia aos baririenses lutar por um desenvolvimento sustentável em nome de um bem-estar físico, mental e social, exigindo sempre a melhor em tecnologia para que se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

minimizassem os efeitos deletérios desse empreendimento, ou seja, caberia aos barirenses um monitoramento full time e a conscientização da necessidade de que todo risco deveria ser monitorado e minimizado para que se tivesse um futuro glorioso. Wilson Sipione, Prefeito do Município de Boracéia, teceu os seguintes comentários: qualquer manifestação, por parte do Poder Executivo, favorável ou contrária à instalação do empreendimento, poderá ser futuramente questionada pela população, motivo pelo qual pretendia obter maiores esclarecimentos em decorrência dos motivos que passará a expor; que, em primeiro lugar, o Município de Boracéia estaria ladeado por duas termelétricas, uma localizada em Pederneiras, a Duke Energy, distante a apenas 20 km, e outra em Bariri, construída pela AES a uma distância de 6 km em linha reta; que se tinham notícias, pelo EIA/RIMA, que Boracéia seria o Município mais impactado com a instalação da Termo Bariri, motivo pelo qual se precisava saber se ele seria compensado por tais impactos, uma vez que estes prejudicariam o desenvolvimento de suas atividades turísticas entre as quais se incluía um pesqueiro que atraía de 2 a 2 mil e 500 pessoas todo o final de semana, motivo pelo qual o Senai estava instalando aí uma colônia de férias, e que, além disso, se estava em fase final de negociação com a Associação da Polícia Militar para a instalação de outros equipamentos; que se tinha de preocupar também com os impactos sociais que esse empreendimento traria, pois, durante a construção da termo, seria necessário contratarem-se quase 1 mil pessoas, o que se refletiria tanto em Bariri como em Boracéia; que esse Município já havia sofrido um sério impacto em suas áreas agricultáveis, que foram inundadas para a formação do lago da hidrelétrica, causando sérios prejuízo aos proprietários, inclusive uma ponte que ligava Boracéia e Tapuí ficara submersa, o que causara sérios prejuízos aos produtores rurais que a haviam construído e que não obtiveram nenhuma compensação, e que essa ponte fora substituída por uma balsa, que fazia a travessia causando muitos transtornos aos usuários; que a produção de energia, embora se desse no Município de Boracéia, não deu em troca nenhuma compensação, razão por que solicitava ao Consema que os argumentos ora apresentados e as solicitações formuladas fossem levadas em consideração, declarando ainda que esse Município concordava com todas as reivindicações feitas pela Prefeitura de Bariri. Francisco Leoni Neto, Prefeito do Município de Bariri, fez a leitura do documento que passa a ser transcrito: “Saúdo as autoridades da Secretaria de Estado e do Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Prefeito Wilson, os Vereadores de Bariri e Boracéia e a presença da população neste evento tão importante. Trata-se da primeira audiência pública ambiental realizada em nossa cidade, dando exemplo de cidadania e de participação popular. Quero elogiar o respeito demonstrado, sejam as manifestações favoráveis ou contrárias ao projeto. É assim que se consolida a democracia e se avança no desenvolvimento do Município. E esse desenvolvimento hoje em nossa visão passa pela construção da usina termelétrica de Bariri. O empreendimento trará não só mais arrecadação de ICMS mas também de ISS durante sua construção. A existência de energia e gás abundante atrairá novas indústrias para região, dinamizando o comércio e o setor de serviços gerando cada vez mais empregos. Assim não é apenas a usina que trará arrecadação e empregos, mas o conjunto que virá em decorrência dela. Desde o início deixamos claro que só apoiáramos o projeto se tivéssemos informações amplas e adequadas sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos que ele provocaria em nosso município. Chegamos a essa audiência pública após um processo muito transparente, no qual a população teve amplo acesso. As informações sobre o projeto, inúmeros debates e apresentações foram realizadas nos últimos meses e nós da Prefeitura acompanhamos tudo de perto e não ficamos apenas nas informações. Visitamos uma usina semelhante na cidade de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, conversamos com a população e especialistas locais e comprovamos que não há queixas. Todos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

os compromissos assumidos durante o licenciamento ambiental vêm sendo cumpridos. Sabemos, e a própria AES nunca escondeu, que uma usina termelétrica a gás natural produz impactos ambientais. Mas todas as pessoas com quem contatamos especialmente o nosso serviço de saúde deixaram claro que, se forem cumpridas as previsões feitas no EIA/RIMA, não haverá perigo para nossa população, não haverá comprometimento da saúde pública, não haverá prejuízo ao nosso meio ambiente. Porém cabe a nós da comunidade de Bariri um papel fundamental de monitorar as emissões de gases, de acompanhar de perto o controle que a própria empresa se propõe a fazer. Criamos no início deste ano na administração o Setor de Meio Ambiente, ele não existia, que terá papel fundamental a partir de agora, sendo que seu funcionamento deverá contar com a participação de todos vocês. Também caberá a este setor coordenar o cumprimento por parte da AES das compensações ambientais que serão determinadas neste processo de licenciamento. Bariri pretende participar ativamente na definição das compensações que tem direito, para minimizar os impactos ambientais. Oficiaremos agora ao Consema neste momento com as seguintes reivindicações: construção de emissários de esgotos doméstico e tratamento em seu destino final; desassoreamento e revitalização do lago municipal; correção dos leitos e reurbanização dos córregos existentes na zona urbana; construção de reservatórios de água para distribuição nos domicílios; criação de bosques municipais na zona urbana e no entorno; programa de educação ambiental para os ensinos infantil, fundamental e médio; e investimentos na área de coleta e destinação final de resíduos sólidos. Apoiamos também as reivindicações de nosso Legislativo e também aquelas feitas pelo Município de Boracéia. Não queremos ser cobrados no futuro por omissão a um projeto importante para o País e que certamente trará desenvolvimento para o nosso Município. E é por isso que o apoiamos. Se essa termo existir e ultrapassar aos índices permitidos de poluição ela pode ser fechada. Mas e se ela não existir? Quanto deixaremos de ganhar em empregos e em impostos para o Município, os quais podem ser revertidos em saúde e educação aos nossos filhos. Basta que haja controle e não teremos males. Por tudo isso, representando a vontade do povo de Bariri, digo sim à termelétrica”. Passou-se à etapa das réplicas. Alex Strey, representante da equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, informou que o profissional de cada área ofereceria os esclarecimentos solicitados. Tarcísio Iza ofereceu os esclarecimentos relativos à qualidade do ar, que, como afirmou, constavam do EIA/RIMA, tendo o engenheiro Tarcísio Zaia acrescentado que o EIA/RIMA fora elaborado com a utilização da melhor ferramenta disponível, que eram os estudos de dispersão a partir dos modelos elaborados por agências norte-americanas de meio ambiente, e a sua aplicação demonstrou que se estava aquém dos padrões secundários de qualidade do ar, o que significava que nenhum risco seria oferecido à saúde e ao meio ambiente; que igualmente a aplicação de modelos demonstrou resultados semelhantes em relação às reações químicas na atmosfera e que a chuva ácida, por exemplo, era produzida por grandes complexos que queimavam grandes quantidades de combustível com teor de enxofre elevado, de Nox e de metais pesados, poluentes estes que não se faziam presentes no gás natural; que a maior emissão desse combustível era o dióxido de nitrogênio, mas não era uma das mais elevadas até porque com o gás natural se pretendia substituir o carvão; que a potencialidade de geração de chuva ácida por gás natural era mínima, praticamente inexistia; e que, embora o termo de referência não tivesse contemplado os impactos conjuntos provocados pelas duas unidades de produção de energia, os números finais indicavam que esses incrementos estavam abaixo dos padrões secundários de qualidade. O conselheiro André Guimarães, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, depois de tecer uma série de comentários sobre as mudanças ocorridas no Sistema Estadual de Meio Ambiente, comentou que era absurda a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

afirmação de que esse empreendimento incrementará o pólo turístico da região, que as cinquenta vagas que essa unidade criará será preenchida por estrangeiros; que a energia que essa termelétrica produzirá será destinada ao pólo industrial de Bauru, Jaú, Araraquara e Rio Claro; que o movimento ambientalista abominava o progresso e o desenvolvimento a qualquer custo, aquele que havia piorado as condições de vida da região de Paulínia, da RMSP e da Região Metropolitana de Campinas, mas, sim, um desenvolvimento com sustentabilidade; que não desistia de defender o desenvolvimento sustentável, a importância dos ecossistemas naturais e o planejamento; que a paisagem da região não era adequada para implantação de uma termelétrica e que essa região talvez tivesse pensado em utilizar outros recursos para promover seu desenvolvimento, o qual teve de ser abandonado, e que a população deveria lutar para implementar sua proposta, não caindo no conto da sereia, que era esse empreendimento Marco Antonio Carvalho, representante do empreendedor, informou que, embora a empreiteira que será contratada não estivesse sediada nem em Boracéia nem na região, a contratação dos 350 funcionários médios ao longo do processo de construção da usina, e de 750 nos momentos de pico, deverá ser monitorada pelo empreendedor e, sendo assim, com grande probabilidade seria absorvida a mão-de-obra local, desde que devidamente treinada e qualificada; que, em relação à disponibilidade do gás natural, o empreendimento de Bariri contará com o suprimento desse combustível durante a vida do projeto e que, portanto, deverá haver gás para que esse projeto se concretize; que não havia a menor possibilidade de se implantar um projeto termelétrico dessa natureza sem que houvesse garantia através de uma empresa, de uma entidade fidedigna como a Petrobrás; que, em relação ao desenvolvimento sustentável, declarava que a AES era uma empresa cujos projetos se caracterizavam por serem ambientalmente sustentáveis; que a energia que seria gerada longe do centro de consumo não sofreria acréscimo de preço por causa dessa distância; que seria paga uma tarifa pelo transporte dessa energia, cujo cálculo modal fora sugerido e implantado pela NOS; que a tecnologia de ciclo combinado poderia ser comparada a uma grande caldeira e ela era de última geração, altamente eficiente, mas que, no entanto, ela não se encontrava disponível no mercado nacional. Depois de o Secretário Executivo declarar que estiveram presentes nessa audiência, além dos técnicos do DAIA, o seu próprio diretor, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, José Goldemberg, agradecia a presença de todos, o espírito cívico e democrático da população da região, e declara encerrados os trabalhos da audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

OS-ARP